

A TÁCTICA RE- PRESSIVA DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDA- DE - o porquê dos vigilantes

JOSÉ DIAS / L. IVU

apoio ao meeting de
4^a feira, 31 jan., em
medicina

TEXTO PARA DISCUSSÃO
COMISSÃO DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO

- apoio ao meeting de 4^a feira, 31 jan.
- apoio à discussão nos cursos

MEDICINA -



I - ANÁLISE DA SITUAÇÃO. O PORQUÊ DOS VICILANTES

Deparamo-nos actualmente na nossa Faculdade com toda uma situação de policiamento e de controle que no essencial assume os seguintes aspectos.

- parcelarização dos cursos por trimestres e bimestres, por turmas pequenas, com uma evidente dificuldade de discussão dos problemas já que estes no imediato são propositadamente diferentes (exemplos: no caso concreto do 4º ano, parte do curso tem problemas de aceitação ou não dos grupos de trabalho numa cadeira enquanto que a outra parte se debate com problemas relativos à introdução de exames práticos noutra disciplina).
- intensificação dos ritmos de trabalho com aulas consecutivas, sem que as matérias tenham mudado no essencial.
- tentativa de institucionalização das faltas do 4º, 5º e 6º anos que já tinham sido abolidas em anos anteriores da luta.
- uma selecção rigorosa que se vai traduzir por frequências e exames a meio do ano que anteriormente só seriam feitos em Junho.

Esta situação não é inédita. Com efeito ela já surgiu no Técnico, Económicas, Ciências e Direito. Ela é característica da introdução da reforma Veiga Simão nas escolas. Visa esta readaptar a formação de técnicos, médicos, economistas e engenheiros às necessidades do grupo minoritário dominante (capital industrial-financeiro). Para o fazer terá de inibir a / ou reprimir os estudantes sendo a função social da Universidade a formação de doces servidores que mantenham o sistema de repressão das massas trabalhadoras e que simultaneamente desenvolvam a investigação técnico-científica necessária ao reajustamento do processo produtivo.

A Universidade é assim um complemento da família, da escola, da religião, do exército e do trabalho alienado na manutenção da ordem social existente.

De há três anos para cá, os estudantes responderam ao diálogo que Veiga Simão lhes propunha em 1970 (e à simultânea interrogação que o Governo desejava fazer do movimento estudantil nessa altura), com uma radicalização das suas lutas que assumiu os seguintes aspectos principais:

- explicação do significado político da reforma e da função social da Universidade
- compreensão de que só uma alteração das estruturas sociais poderia reorganizar a Universidade.

Cada vez maior número de estudantes devido à crise dos valores burgueses (a burguesia procura ainda a sua auto-justificação ideológica no repertório de valores anacrónicos, herdados de 1789, espectacularmente e quotidianamente desmentidos pela prática burguesa efectiva. A Nação, a família e o cidadão não são frequentemente para a juventude senão noções literárias desusadas. Incapaz de fornecer a menor prova da sua vocação histórica a burguesia

sia expõe-se a uma vasta recusa multiforme do seu estilo de vida baseado no consumo privado), à crise das estruturas da formação (a alteração da necessidade de crescimento rápido das forças produtivas, significava uma transformação radical do sistema de formação capitalista, deixado por incúria da burguesia salazarista num estado de letargia que o paralisava, devido ainda à incerteza do seu futuro profissional (subemprego em alguns sectores - exemplo, engenharia química) e devido por fim à certeza de ter que passar 4 anos no exército colonial, viu a necessidade de romper o isolamento nos muros da Universidade e de conquistar dentro dela a liberdade de reunião, de informação e de discussão políticas.

Incapaz de comprometer os estudantes no seu projecto de reforma o Governo vê-se obrigado a reprimir com redobrada violência todas as movimentações estudantis. Assistimos assim, às invasões de Março em Económicas e Técnico, ao assassinato de RIBEIRO SANTOS, à entrada de antigos comandos e paraquedistas em Direito e Ciências, aos Decretos militares e última mente à institucionalização dos Pídes-vigilantes. Em Medicina, vimos também os assaltos consecutivos e as manobras provocatórias levadas a cabo por bandos de mercenários fascistas.

Para perceber o significado político da tática repressiva do Governo - legislação militar, vigilantes - teremos que compreender qual a política da burguesia para a Universidade - REFORMA TECNOCRÁTICA E MILITARIZADA DE VEIGA SIMÃO.

II - A REFORMA VEIGA SIMÃO É A REFORMA DO SECTOR MONOPOLISTA LIGADO AO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL

Em 1968, com a escolha de Marcelo Caetano para as rédeas do Governo, lançou-se a burguesia portuguesa na elaboração de uma linha política em correspondência com a satisfação das necessidades do desenvolvimento capitalista do país (de modo a não perder o combóio para a Europa) a processar-se de acordo com os interesses dos grupos monopolistas ligados ao capital financeiro internacional e necessariamente, em detrimento dos grupos afectos a fases anteriores do modo de produção capitalista português.

A hegemonia no aparelho de estado por parte do sector monopolista-financeiro reflectir-se-á na sociedade portuguesa quer a nível económico quer a nível político.

A Universidade por não ser uma instituição separada do poder político (o Estado), desempenha na sociedade capitalista duas funções essenciais:

- 1 - leva à formação de quadros técnicos e burocráticos destinados ao aparelho administrativo-estatal e à gestão capitalista da produção;
- 2 - leva à elaboração e transmissão dos valores da classe dominante (ideologia) à formação dos quadros docentes destinados a reproduzir e a retransmitir, no ensino médio e secundário, essa mesma ideologia, a qual se destina a perpetuar e consolidar o poder político e económico da classe dominante;

Verá por isto sempre o seu funcionamento ditado a cada momento pelas necessidades económicas e políticas do sector da burguesia que se encontra no controle do poder estatal.

É extremamente elucidativo a este respeito o relatório das conclusões a que chegaram os representantes do capital monopolista no Colóquio de Política Industrial, em matéria de investigação tecnológica (o relatório destas conclusões encontra-se transcrito na revista "Indústria Portuguesa", Março de 1970 e dele citamos os dois seguintes pontos, pág. 203):

"6 - a nível nacional, e sobretudo para apoio das pequenas e médias empresas, deve encarar-se a criação do organismo de investigação aplicada para os grandes sectores industriais de acordo com prioridades e opções a estabelecer. Nesse sentido, será necessário conjugar esforços do Estado e das empresas, não só para definir os respectivos domínios, mas também para o planeamento da sua concretização e acção.

7 - à Universidade deve caber um papel importante no progresso técnico do país. Para isso, a Universidade terá de acelerar a formação de futuras elites em perfeita harmonia com a função impulsionadora que lhe é inerente e deverá estar preparada em quadros para encarar, em colaboração com a administração e com a indústria, o estabelecimento de equipas mistas para a realização de projectos de industrialização".

O período actual da Universidade portuguesa é de forma clara um período de readaptação sob o controle directo do capital financeiro pois o projecto de Veiga Simão propõe o financiamento e a colaboração directa entre a investigação e os grandes grupos económicos monopolistas (ver discurso de Veiga Simão em Dezembro de 1972, em que se refere ao facto de a reforma do ensino se integrar nos grandes projectos do Governo: Cabora-Bassa, auto-estradas, Sines, etc.)

Pretende-se adaptar a Universidade, por um lado, às necessidades de conversão do processo de exploração capitalista, quer da metrópole quer das colónias, e por outro, às necessidades políticas da classe dominante. A burguesia procura alargar a sua base de apoio junto de camadas pequeno-burguesas quer utilizando-a (a reforma) como forma de enquadramento político-militar de uma juventude cada vez menos disposta a aceitar os valores de uma sociedade decadente.

A REFORMA VEIGA SIMÃO: LINHAS MESTRAS

- "a abertura do acesso à universidade": ou da necessidade de qualificar um número maior de quadros técnicos qualificados para enquadramento do processo de realização da mais-valia, tentando ao mesmo tempo alargar a base de apoio ao regime pela aliança política com fracções da pequena e média burguesias.

- rentabilização da instituição universitária: para, por uma política de selecção e controle rigorosos adequar a formação de quadros às necessidades económicas.

- prioridade à investigação científica e tecnológica directamente ligada ao processo de reconversão industrial necessária à conquista dum lugar vantajoso na concorrência internacional no quadro da exacerbação da concorrência interimperialista.

III - A TÁCTICA REPRESSIVA DO GOVERNO

Porque se intensifica a repressão:

Para a compreensão da intensificação da repressão é-nos necessário analisar o fundamento da dominação burguesa e das condições da sua crise geral e particularmente em Portugal.

Fundamentalmente as condições de dominação da burguesia agravam-se. Vejamos Porquê:

- 1 - incapacidade da própria burguesia em fazer reformas necessárias ao reforço das instituições estatais (reforma da universidade, reforma do ensino, reforma da

administração pública, etc) com vista ao alargamento da base especial de apoio ao regime.

- 2 - corrupção dos meios dirigentes facilmente visível pelas massas trabalhadoras (caso da herança Sommer, caso das auto-estradas, o caso da Rebocho Vaz, etc)
- 3 - a inflação e o aumento vertiginoso do custo de vida coloca a classe operária e massas trabalhadoras na situação de não poderem suportar por mais tempo ti do este estado de coisas.
- 4 - contínuo despedimento e desemrego maciço de operários motivado pela reorganização do sistema produtivo com vista à concorrência no mercado internacional (indústria de lanifícios, pescas, etc,) quando há falta de mão-de-obra motivada pela emigração.
- 5 - a necessidade de continuar e intensificar a guerra colonial advindo daí novas dificuldades políticas e económicas.
- 6 - a acentuação da dependência em relação aos capitais internacionais e ao imperialismo.

É neste sentido, que toda e qualquer movimentação quer da classe operária, quer dos diversos sectores da pequena burguesia, movimento estudantil, etc, não encontra da parte da burguesia outra solução que não seja a repressão violenta, pois a integração, reverso da política burguesa pelos factores apontados atrás não se mostra viável. É assim que qualquer movimentação, por mais elementar que seja, adquire uma dimensão política que se traduz a maior parte das vezes pelo afrontamento directo com as forças repressivas (polícia de choque, PSP, GNR, PIDE).

É por isso que nos últimos dois anos, se assistiu a toda uma série de medidas tomadas pela burguesia por intermédio do Estado fascista e do seu Governo no sentido de institucionalizar a violenta repressão que ela exerce. Vejamos: foi proclamado pela Assembleia Nacional o "estado de subversão"; a "lei de imprensa" veio reforçar a legislação anterior embora de forma mais subtil; foi aprovado o Decreto 520/71 que visa aniquilar e extinguir o movimento cooperativista; foi aprovado o Decreto 520/72 sobre as medidas de segurança; foi remodelada a PIDE-DGS; foi reforçado o poder do Ministério do Interior.

Particularmente na Universidade, vejamos quais as condições que levam ao agravamento da repressão:

- 1 - elevação da consciência política dos estudantes, particularmente a partir de 1969, que se traduz no levar à prática de formas de luta superiores, enquadradas por conteúdos e explicitações políticas de recusa do sistema social vigente
- 2 - necessidade imperiosa da burguesia de introdução da reforma Veiga Simão para rentabilização do sistema escolar e inerentemente a tentativa de quebrar o espaço da discussão política conquistado pelos estudantes nas suas lutas.
- 3 - necessidade de continuar a formar estudantes que sejam "dóceis servidores do exército colonial, enquanto oficiais milicianos, e defendendo a "pátria", a "lusitanidade", a "raça" e a "civilização ocidental" em Angola, Guiné e Moçambique, pegando em armas contra os operários e camponeses que lutam pela sua emancipação, libertando-se assim do domínio imperialista.

Vejamos concretamente, sob que aspectos se apresenta a repressão para assegurar a aplicação da reforma Veiga Simão e o controle político dos estudantes nas condições de crise da dominação da burguesia apontadas anteriormente.

Reforma tecnocrática e militarizada:

- 1 - reforço do controle e autoritarismo pedagógico: "criação de dificuldades artificiais à aprendizagem, o esforço redobrado que se exige vai servir para que os estudantes interiorizem a justificações do papel que vão de

sempenhar nas hierarquias das fábricas e do aparelho de estado e se constituam tendencialmente numa casta à parte. Criando novas e mais eficientes formas de autoritarismo pedagógico que permitam impôr na prática ritmos intensivos e obter a adesão forçada dos estudantes" (A tática repressiva do Governo para a Universidade, ISCEF)

- b - intensificação do controle burocrático-administrativo na universidade:
 autoritarismo que se exercerá quer pelo funcionamento de mecanismos institucionais - departamentalização, curriculum, horários, faltas, não utilização dos edifícios para actividades estudantis, etc - quer pela utilização frequente de sanções: suspensões, processos disciplinares, etc. Autoritarismo que se exercerá com o objectivo de garantir o controle político dos estudantes reprimindo as lutas que possam duravelmente perturbar a rentabilidade do investimento escolar e aproveitar as lacunas e disfuncionamento que acompanharão a reorganização do ensino superior: reprimir todas as iniciativas de discussão e informação políticas. Autoritarismo que não excluirá uma nítida participação minoritária e consultiva que se destina a despolitar conflitos pela promessa de "actuações superiores" ou a prever os lugares em que esses conflitos poderão surgir: participação feita no quadro corporativo através de formas descentralizadas (ex: comissões pedagógicas mistas controladas pelos professores) ou de uma instituição burocrática de enquadramento dos estudantes - que substituirá as AAEE - dependente financeiramente do aparelho de Estado (ver a acção futura da Acção Social Escolar no campo da prestação de serviços)

(A tática repressiva do Governo para a universidade, ISCEF)

- c - reforço do enquadramento militar e policial da universidade:

- antecipação do serviço militar ao abrigo do Decreto-lei sobre o "bom comportamento escolar" (Decreto 49 099) aplicado pela primeira vez em Coimbra (crise de 69) e mais recentemente sobre 7 estudantes de Ciências (jan. 73)

- incorporações no exército colonial de todos os estudantes que não tenham aproveitamento escolar em dois anos sucessivos (ver texto do Dec. na Luta 12 de 4/1/73)

- Decreto-Lei sobre os PIDES-vigilantes de 17/1/73 (ver comunicado da CLCR)

- intervenção policial, da PIDE, legionários, etc, invadindo e saqueando as instalações das AAEE de que Medicina é o caso mais recente.

Vejamos a que níveis se aplicam as medidas repressivas que integram a tática governamental:

" a repressão assume duas formas politicamente diferenciadas mas estreitamente ligadas: a) a repressão política central, a cargo do ministério do interior pôs em funcionamento a PIDE-DGS, a policia de choque, a PSP, a Legião portuguesa, etc... Dentro deste primeiro grupo assistiu-se durante este ano à invasão das faculdades e associações pela policia de choque (Direito e Económicas - em Maio), com espancamento dos estudantes e destruição de instalações: à entrada de grupos de pides nas AAEE para provocar e intimidar os estudantes, rasgando e levando os cartazes e jornais. Nas ocasiões de movimentações em que os estudantes necessitam de discutir e de reunir, o Governo encerra sistematicamente os locais de reunião com forte aparato policial ao mesmo tempo que envia notas deturpadoras e caluniosas para os jornais com o fim de enganar a população e isolar os estudantes. b) a repressão a cargo do CE e autoridades académicas: é outra das formas de repressão mais selectiva e subtil que procura ao nível de cada escola atingir fundamentalmente os estudantes que mais se destacam na luta. Temos assim os processos disciplinares, instauração de inquéritos, suspensão preventiva e expulsões, não aceitação de matriculas a estudantes que "não se adaptam à disciplina das escolas" etc, etc... (Luta 8)

Quais os objectivos e neccupações dessa tática repressiva perante o elevar da consciênciã política dos estudantes que põem em causa a política de exploração capitalista e os valores político-ideológicos que a veiculam e a suportam.

" as preocupações dominantes que essa tática repressiva parece ter são: face a sucessivas e articuladas medidas repressivas contra organismos de massa e estudantes isolados, pretende-se neutralizar politicamente grandes sectores de estudantes - isolando assim cada vez mais as AARE afim de :

- evitar comprometer mais a adesão passiva ao projecto de reforma (cada vez menos sedutora como instrumento de mistificação ideológica).

- evitar o afrontamento global dos estuantes contra o poder de estado numa fase de descontentamento popular latente, de fraca margem de manobra a nível económico, e de um difícil equilíbrio político.

. fazer anteceder a repressão de um avisoem que se tornem bem claros os limites estreitos em que se pretende que as AARE se movam: a discussão e a acção nos próprios termos em que a lógica opressiva da instituição sugere que se faça. Dando um ar pretensamente legalista.

. fazer apelo à despolitização e aos tabus longamente interiorados para levar os estudantes a considerar como mítico e portanto reprovável tudo o que não é recuperado no quadro de actuação do Governo pelo projecto de reforma tecnocrática militarizada.

. continuando a acenar com a reforma apresentada como introdutora de alterações "profundas" na situação dos estudantes e não como um assunto interno do bloco social no poder que se resolverá pela crescente opressão dos estudantes - prometendo diálogo, ao mesmo tempo que os únicos organismos em que os estudantes poderiam exprimir livre e unitariamente as suas opções, são objecto de uma repressão que tende a suprimir a sua actividade.

. ameaçando a massa dos estudantes com diversas medidas repressivas (a maioria a cargo dos CE's, sobre quem mais uma vez cairão os custos políticos) e com o espantelho dos exames, para garantir a sua passividade face à escalada repressiva.

- no quadro dessa neutralização política que pacientemente se quer construir, utiliza o Governo todas as oportuniades para, a coberto duma repressão que se justifica por actividades unilateralmente, como é óbvio, definidas como políticas, atingir organizações e dirigentes estudantis". (A tática repressiva do Governo para a universidade, ISCEF).

IV - COMO COMBATER EFICAZMENTE A REPRESSÃO

Como rejeitar na prática as recentes medidas de controle, policiamento e militarização da Universidade?

"articular correctamente as características prováveis duma universidade portuguesa reformada, com a actual tática repressiva: apontar claramente o principal objectivo desta - supressão da actividade das AARE como organismos de massa: mostrar como a tática repressiva pretende tornar viável a reforma é o último passo que precede a definição duma tática estudantil correcta contra a repressão". (A tática repressiva do Governo para a universidade, ISCEF)

Só da explicitação do significado político das recentes medidas nas diversas reuniões de curso, meetings e RGAs se pode, a par e passo com posições firmes de luta, encontrar

uma resposta que una os estudantes para barrar o caminho à tentativa governamental de controlar e esmagar o movimento estudantil.

Só a partir da defesa intransigente destas posições podemos alcançar o objectivo de recusa da entrada na nossa faculdade de Pides-vigilantes e de qualquer outra medida repressiva.

COMISSÃO DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO